



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681245 - SP (2021/0225625-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : EDSON BAIRD FERRAZ
ADVOGADO : EDSON BAIRD FERRAZ - SP148347
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PHELIPPE DOUGLAS ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PHELIPPE DOUGLAS ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0002395-07.2018.8.26.0269).

O paciente foi condenado às penas de 41 anos e 2 meses de reclusão, 10 meses de detenção e 34 dias-multa no mínimo, pela prática dos delitos previstos no art. 121, § 2º, incisos II, III, IV e VI, c/c o § 2º-A, inciso I, § 7º, inciso II, § 4º, última parte, do Código Penal; art. 1º, inciso II, c/c o § 4º, inciso II, da Lei n. 9.455/1997; art. 148, § 1º, incisos I e IV; e art. 347, parágrafo único, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal na dosimetria da pena pelo Tribunal de origem. Defende a necessidade de reforma da sentença, para que seja reconhecida "a atenuante da confissão, a incompatibilidade da qualificadora de feminicídio com o caso em tela, especialmente com a qualificadora do motivo fútil, afastando-a em todos os seus termos, a aplicação da interpretação 'in bonam partem' da Lei n. 13.964/19 quanto a reincidência e as frações de progressão, e, por fim, a redução da majoração das penas-base em virtude dos maus antecedentes ao mínimo previsto no diploma legal" (fls. 16-17).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, com o redimensionamento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente